

Mulheres mesárias são maioria em São Paulo: cerca de 70% do total

No Mês da Mulher, números reforçam protagonismo feminino nas eleições

Marcelo Camargo/Agência Brasil Fonte: Agência Senado

Neste dia 8 de março, data que simboliza a luta histórica das mulheres por direitos e igualdade, números da Justiça Eleitoral revelam um dado expressivo: as mulheres são maioria entre as mesárias nas mesas receptoras de voto no Brasil.

Nas Eleições 2024, elas representaram 70% do total convocado no país, com cerca de 1,3 milhão de mulheres atuando nas seções eleitorais. Em São Paulo, o protagonismo feminino foi ainda maior: aproximadamente 300 mil mulheres colaboraram no primeiro turno, o equivalente a 72% do total no estado. No segundo turno, o índice também permaneceu acima dos 70%.

Para valorizar histórias de cidadania e reforçar a importância do voluntariado para o fortalecimento da democracia, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) lançou a campanha #OrgulhoDeSerMesário. A iniciativa reúne relatos de mesárias e mesários da vida real, divulgados em diferentes canais de comunicação, incluindo o Jornal do Ônibus e peças encaminhadas às zonas eleitorais. A campanha também apresenta vídeos com histórias de pessoas que colaboram com a Justiça.

Representatividade

Para marcar o Mês da Mulher, o primeiro vídeo da campanha traz a história da mesária



Em 2024, 300 mil mulheres colaboraram com o pleito no 1º turno, 72% do total no estado

Priscila da Silva Barbosa dos Santos, mãe e pessoa com deficiência. Ela se inscreveu para colaborar com as eleições em 2012 após assistir a uma propaganda sobre a função. “Eu não conhecia até então o trabalho de mesário e a sua importância, mas fiz a inscrição e não imaginava que ia ser chamada”, relembra.

Priscila conta que enfrentou questionamentos quando decidiu atuar nas eleições. “Mas você é cadeirante, vai querer mesmo ser mesária?”, ouviu. A resposta sempre foi direta: “Sim, eu vou”.

Com o tempo, ela passou a compreender melhor a dimensão do papel exercido nas seções eleitorais e chegou a assumir a presidência da mesa receptora, inclusive em uma seção acessível destinada a eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida.

Incentivo

A trajetória de Priscila reflete uma participação que também aparece nos números. Nas Eleições 2024, 6.311 mesárias e mesários com deficiência atuaram no Brasil, sendo 3.619 mulheres,

o equivalente a 57%. No segundo turno, foram 2.093 pessoas com deficiência convocadas, das quais 1.262 mulheres (60%).

“É uma representatividade muito grande, quebra aquela visão de que é impossível”, afirma Priscila. Ao lembrar da avó e da bisavó, ela associa sua atuação a uma conquista coletiva. “Fazer parte desse momento é importante como cidadã, como mulher e como pessoa com deficiência.”

O engajamento também mobilizou familiares e amigos. Em

casa, ela incentivou o marido, o irmão, a cunhada e outras pessoas a se voluntariarem na Justiça Eleitoral. “Vai ser um dia dedicado à Constituição”, costuma dizer ao explicar a importância da função.

Presença feminina

A predominância feminina entre os mesários não é recente. Em 2020, as mulheres representaram 66% do total no Brasil; em 2022, 68%. Em São Paulo, os índices foram de 67% em 2020 e 70% em 2022.

Esse cenário dialoga com a trajetória histórica das mulheres na política brasileira. O direito ao voto feminino foi conquistado em 1932, inicialmente com restrições. Somente em 1965 o voto foi equiparado ao dos homens e se tornou obrigatório.

Mudanças na legislação eleitoral ampliaram mecanismos de incentivo à participação feminina e de enfrentamento à violência de gênero. Entre os marcos estão a Lei 12.034/2009, que estabeleceu percentuais mínimos e máximos de candidaturas por gênero, e a Lei 14.192/2021, voltada ao combate à violência política contra a mulher. Em 2022, a Emenda Constitucional 117 reforçou medidas para garantir recursos e tempo de propaganda às candidaturas femininas, ampliando a presença das mulheres na política.

SP cria 300 mil vagas em um ano e registra salário recorde

Divulgação/Governo de SP

O estado de São Paulo criou quase 300 mil vagas de emprego com carteira assinada em 12 meses e registrou o maior salário de admissão em seis anos. Os dados são da Fundação Seade, com base no Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De fevereiro de 2025 a janeiro de 2026, o saldo de vagas no estado foi de 286.743, alta de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim, SP respondeu por 24% das vagas criadas no país em 12 meses (1.228.483). Em janeiro, foram 16.451 vagas.

O estado também registrou o maior salário médio de admissão em janeiro desde 2020. O valor foi de R\$ 2.702,76, alta de 2,75% em relação a dezembro de 2025 e de 1,93% frente ao mesmo mês de 2025.

Além disso, o salário de admissão em São Paulo foi o maior



Estado teve maior salário de admissão em janeiro desde 2020

do Brasil em janeiro, seguido por Distrito Federal (R\$ 2.575,45), Mato Grosso (R\$ 2.421,85) e Rio de Janeiro (R\$ 2.409,30). No país, a média foi de R\$ 2.389,50 e, no Sudeste, de R\$ 2.551,61.

A pesquisa considera apenas trabalhadores com carteira assi-

nada, com dados enviados pelas empresas ao governo federal por meio dos sistemas oficiais de registro do emprego formal. O levantamento indica o valor pago no momento da contratação e permite acompanhar a evolução dos salários formais no estado.

Acordo Paulista já renegociou R\$ 63,5 bi

O programa Acordo Paulista, lançado em 2024 pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP), mudou a lógica de cobrança da dívida ativa ao priorizar a transação tributária, que permite parcelamentos, descontos em juros e multas e compensação de débitos. Em dois anos, a iniciativa alcançou R\$ 63,5 bilhões renegociados em cerca de 93 mil contratos.

Ao completar 24 meses, o programa consolida São Paulo como um dos principais modelos de transação tributária do país, estimulando um ambiente de conformidade fiscal e cooperação entre fisco e contribuintes.

O balanço após o quarto edital registrou recorde de adesões: 62 mil contratos firmados nos últimos quatro meses, com mais de R\$ 12 bi-

lhões renegociados em débitos de ICMS, IPVA, ITCMD e multas do Procon inscritos na dívida ativa.

Segundo a procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra, a iniciativa está alinhada à reforma tributária ao estimular simplificação e redução de litígios. Entre os quatro editais e as transações individuais, foram registradas 93.899 adesões, a maioria envolvendo débitos considerados de difícil recuperação.

Segundo a PGE/SP, o programa busca tornar a cobrança mais eficiente e estimular a regularização de débitos, criando alternativas para que contribuintes negociem suas dívidas e retomem a conformidade fiscal, com maior previsibilidade jurídica e incentivo à regularização voluntária no âmbito do sistema tributário estadual.